

DAS LETRAS NA AMAZÔNIA COLONIAL: O CASO BENTO DE FIGUEIREDO TENREIRO ARANHA (1769-1811)

Thiago Gonçalves Souza (UFPA)¹

Resumo: Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha (1769-1811) figura nos primeiros registros literários da região norte do Brasil. Sua produção reúne-se em um único volume, bem como a prosopografia do poeta, com as poucas informações que temos sobre sua vida e atividades. Este artigo aborda tais informações, constantemente rerepresentadas nas diferentes edições de sua obra (de 1850 a 2012). Nesse sentido, amparados pelas reflexões de estudiosos como Hansen (1989) e Teixeira (1999), pretendemos demonstrar como essas rerepresentações do poeta visam seus próprios horizontes histórico-culturais, passando ao largo das práticas letradas no Grão Pará do século XVIII e, portanto, delineando leituras anacrônicas dos poemas e discursos legados por Tenreiro Aranha.

Palavras-chave: Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha (1769-1811); Poética e Retórica; Letras no Grão Pará setecentista.

Na narrativa da história da literatura produzida no norte do país, parece não haver caso nenhum em torno do nome de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha. Ele se faz presente como um dos primeiros registros de prática da literatura nas plagas amazônicas e, nesse sentido, divide o posto de pioneiro com Henrique João Wilkens e seu poema épico *A Muhuraida*, de 1785. A partir do que podemos inferir dos textos de Aranha reunidos em suas *Obras*, na mesma década já teríamos poemas de sua autoria (um idílio dedicado a Martinho de Sousa e Albuquerque, Governador e Capitão-General do Grão Pará entre 1783 e 1790), e sua produção, pelo menos a que sobreviveu até nós, atinge o ano de 1809 (Soneto ao aniversário do Príncipe Regente), apenas dois antes da morte do poeta.

Parece também não haver caso no que diz respeito aos percalços biográficos por que passou Tenreiro Aranha e seus textos. Nascido na vila de Barcelos, fundada em 1758 sobre a antiga aldeia de Mariuá e instituída sede da recém-criada capitania de São José do Rio Negro, atual Amazonas, vinha de família abastada, sendo o pai capitão-mor da Vila de Gurupá e provedor da Fazenda Real no Grão Pará. Porém, ainda na infância, ficou órfão e, sob a tutela de um tio, seria colocado cedo no trabalho com a terra. Segundo as notas biográficas saídas no jornal do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, com a idade de doze anos foi direcionado para os estudos no convento de Santo Antônio, dos mercedários, por iniciativa de um

¹ Graduado em Letras (UFPA); mestre em Estudos Literários (UFPA); doutor em Literatura Comparada e Teoria da Literatura (UERJ); bolsista do Programa Nacional de Pós-Doutorado (CAPES), junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPA. E-mail para contato: souzagoncathi@gmail.com.br

padrinho, José Monteiro de Noronha, vigário geral; aos dezenove, planejava transferir-se à Metrópole, a fim de cursar a Universidade de Coimbra, mas, devido a um sequestro dos bens que herdara, se encontraria em situação difícil, o que o obrigaria a deter-se em Belém, sede da capitania do Grão-Pará, onde se casaria com Rosalina Espinosa e faria carreira na administração pública, ocupando cargos diversos, como Diretor dos Índios da Vila de Oeiras; Escrivão da Alfândega e, por fim, Escrivão da Mesa Grande, cargo tornado vitalício por D. João. Em Belém, Tenreiro Aranha falece, em 1811, aos 42 anos de idade. É nos arredores da cidade, ainda, que a casa em que vivera o poeta é saqueada e incendiada pelos revoltosos da Cabanagem, em 1835, quando se perdem também diversos inéditos seus; outros se perderiam um pouco depois, agora por causa de um naufrágio sofrido por seu filho, João Batista, que guardava consigo manuscritos do pai. João Batista salvou-se, e o tanto que conseguiu salvar publicou na primeira edição das *Obras do literato amazonense Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha*, saída em 1850.

Assim, ao lado do reconhecimento como registro pioneiro do exercício da literatura na Amazônia, temos uma narrativa biográfica, cuja fonte é um artigo, sem registro de autoria, publicado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e que vem nas diversas edições da obra do poeta de Barcelos: a de 1850; a de 1899, segunda edição; a de 1984, fac-símile da segunda edição, editado pelo Governo do Amazonas e pela Associação dos Comerciantes daquele estado; a de 1989, editada pela Secretaria de Cultura do Estado do Pará (volume 1 da coleção “Ler o Pará”); e a de 2012, pela editora Valer, de Manaus.

A reiterada presença dessas informações nas diversas edições das *Obras* do poeta parece, então, não dar azo para que surja caso algum em torno de Bento Tenreiro Aranha. Há certezas, ainda que poucas, estabelecidas sobre a vida do autor. Caso encerrado? Ao compararmos as diferentes versões de escritura da vida de Tenreiro Aranha, vemos que estamos diante de um nome sempre refeito por seus leitores, de modo que, de uma edição para outra, e às vezes na mesma edição, já não o conhecemos, mas conhecemos diversos. O poeta nos escapou ou, na verdade, talvez nem mesmo tenha aparecido ainda. Reabra-se, portanto, o caso: quem é este a que chamam Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha?

Parece-nos que vale, para o caso que perseguimos, a observação de João Adolfo Hansen:

A autoria [...] é produzida pela unificação que se torna produtiva *a posteriori* [...] é uma etiqueta, unidade imaginária e cambiante nos discursos que [se compõem] numa hierarquia estética, determinada pela ‘cadeia de

recepções’, na expressão de Jauss. Não-substancial, é *efeito* da leitura dos poemas [...], não sua causa (HANSEN, 1989, p. 14-15).

A reflexão de Hansen se localiza em um contexto de análise dos discursos acerca do nome “Gregório de Matos e Guerra” produzidos pelo licenciado Manuel Pereira Rabelo, no século XVIII, passando pelo cônego Januário da Cunha Barbosa, por Joaquim Norberto de Souza e Silva e ainda por Varnhagen, no século XIX, alcançando o século XX e a imagem do Gregório de Matos crítico-progressista. De acordo com o autor de *A Sátira e o Engenho* (1989), as diferentes leituras do nome “Gregório de Matos” não são, em si mesmas, boas ou ruins; contudo, é preciso que sejam abordadas no interior do ato de sua produção, de modo que se evidenciem os critérios pragmáticos da recepção de que são produtos. Desse modo, evitam-se anacronismos, e pode-se enveredar por um trabalho de recomposição de um tempo e espaço silenciados:

O passado é uma ficção do presente, ponto evanescente mas não arbitrário de sua enunciação. Com a tenuidade e a descontinuidade implicadas na operação, trata-se de compor aqui o lugar do morto, tempo e espaço imaginários, hoje mudos, fragmentados pelos ecos das múltiplas vozes silenciadas para sempre que vão falando nos textos (HANSEN, 1989, p. 29).

Vejamos, então, quais conteúdos a etiqueta “Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha” recobre, para em seguida verificarmos quais critérios pragmáticos lhes servem de base. Em 1850, ao dedicar as *Obras* do pai a D. Pedro II, João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha ressalta a dimensão laudatória dos textos de Bento, os quais teriam vindo a lume “[...] em honra da Monarquia e das ações preclaras dos excelsos antepassados de Sua Majestade Imperial”, e “[...] em louvor de varões prestantes que, à glória deles e do País, se distinguiram por feitos memoráveis” (ARANHA, 1850, p. 11). Perspectiva partilhada pelo autor do artigo do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro que João Batista reproduz em sua edição: a fim de “acreditar a memória de Tenreiro Aranha como distinto literato” (ARANHA, 1850, p.16), cita a *Oração ou breve discurso feito por ocasião do felicíssimo nascimento da senhora D. Maria Isabel, infanta de Portugal*, impresso em Lisboa no ano de 1807, em que observa brilharem “[...] os liberais sentimentos de que já era possuído naquele tempo o ilustre paraense”, sendo que, ainda de acordo com o autor, de modo geral os poemas de Tenreiro Aranha ligam-se a ocasiões “[...] em que seu patriotismo se fizera sempre manifestar brilhante e sublime.” (p. 18).

Nas edições que aparecem a partir do final dos anos 80 do século XX, encontramos outros Bentos Tenreiros. Começamos pelo intelectual cooptado, capacho da máquina imperial e dos donos do poder, o poeta “adaptado” às condições colonialistas, como denuncia Márcio Souza:

[Tenreiro Aranha] tinha paixão pela mentirosa ajuda dos colonialistas, pela futilidade das festas provincianas, e deve ter morrido infeliz, mas realizado pela vida de cargos e nomeações que teve. A escala de promoções foi a própria razão de sua existência. Tenreiro Aranha, o poeta amazonense, era a mais recente e bem formada criação do colonialismo: o adaptado. Não era mais o amazonense que se insurgiria contra o colonialista e que preferiria o suicídio à conivência, como Ajuricaba, o guerreiro. Era o funcionário zeloso, vivendo em renunciar à sua carreira, sem esperanças, sem futuro, iludido e resignado na sua frustração (SOUZA, in: ARANHA, 1989, p. 15).

Contudo, ainda segundo Souza, para além desse burocrata conformado, o poeta também encarna o “mártir”, proporcionando em sua poesia flagrantes das contradições da condição colonial: Tenreiro Aranha as experimentou em sua própria vida, sendo protótipo do intelectual periférico que se vê acabrunhado pela censura e pelas condições hostis da política imperialista:

O poeta Tenreiro Aranha era um fruto da terra, portanto, não sendo português, mas vivendo como tal, a dualidade iria marcar a sua existência. Por isso, era um espírito fadado ao martírio e não apenas uma postura cheia de incômodos. A frustração de Tenreiro Aranha salvou sua poesia da mortífera repressão provinciana [sic] ao se entregar a esse *mea culpa* e aos festejos, ele ultrapassou a linguagem de burocrata antes que essa o amordaçasse (SOUZA, in: ARANHA, 1989, p. 9).

Essa linha de compreensão da figura do poeta – aquele que, mesmo nos subterrâneos da expressão, ainda busca manter o compromisso com o lirismo – encontra-se com a desenvolvida no texto de apresentação da edição de 1984 (que vem reproduzido na edição de 2012). Apesar das “adversidades” políticas e culturais da colônia, Tenreiro Aranha poderia ser visto como inaugurador da tradição literária amazonense porque, em seus versos, haveria já uma notável sensibilidade para as coisas amazônicas. Segundo Jorge Tuffic, em que pese uma poesia enraizada nos artificiosos modelos neoclássicos, “[...] não há [...] como negar o acento pessoal e o empenho que teve em consignar sempre uma referência bastante comovida aos ‘habitantes’ e à terra do Amazonas [...]” (TUFFIC, in: ARANHA, 2012, p. 17).

Desse modo, quantas faces tem o poeta? Retomemos as que identificamos: encontramos-lo no século XIX, onde se viu imiscuído na política de transição do Período

Regencial para o Segundo Reinado, elogiado como prestimoso súdito da Monarquia e dos antepassados de Sua Majestade, a antever, patrioticamente, os faustosos destinos do Império brasileiro; reencontramo-lo no século XX, menosprezado como prestimoso súdito da Coroa Portuguesa – e, portanto, como antepassado de todos os intelectuais que se aliam às forças estrangeiras espoliadoras da região amazônica; mas também recuperado como precursor, de um lado, da figura de um “intelectual subterrâneo”, cuja expressão se vê às voltas com o problema do poder e da censura, e, de outro, de uma literatura de expressão amazônica, que, apesar dos entulhos neoclássicos, alcança, emotivamente, a paisagem e a realidade da Amazônia.

Mas, será possível encontrar alguma pista que nos leve a Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha no século XVIII? Além dos textos do próprio poeta, os vestígios são poucos, mas importantes, e alguns dos documentos que temos levantado no projeto de pesquisa “Cultura poética e retórica no Grão Pará setecentista: uma investigação das práticas letradas na Amazônia colonial”, desenvolvido no âmbito do Programa Nacional de Pós-Doutorado da CAPES, começam a nos auxiliar nessa investigação.

Vinda dos anos de 1783-1784, temos uma lista com a relação dos alunos que frequentaram a aula de Retórica e Poética do mestre João Batista Gomes. Nela, encontramos uma nota do professor sobre o jovem aluno Bento Tenreiro: “filho do alferes Raimundo de Figueiredo Tenreiro já deposto, natural da Vila de Barcelos, Capitania do Rio Negro e assistente nesta cidade. De idade de 19 anos, frequentou minha aula deste ano letivo, em que deu provas de grande capacidade e [?] aplicação [...]” (LISTA, 1784). Além de Bento, outros seis rapazes de idade entre 14 e 19 anos, mais ou menos aplicados e de maior ou menor capacidade, frequentaram também as aulas do dito mestre.

Recuando um pouco mais, aos anos de 1760-1761, observamos a preocupação do então Governador e Capitão-General Manoel Bernardo de Melo de Castro (1759-1763) em reorganizar o sistema de ensino no Grão Pará, despachando pedidos de contratação de professores, de manutenção de padres jesuítas nos cargos de mestres (ao menos os que tinham oficialmente se desligado da Companhia), requisição de verba da Fazenda Real para aquisição de livros e de instrumentos para as aulas. Vejamos, sucintamente, alguns desses momentos.

Em 1760, a Junta de Governo – composta pelo Governador e Capitão-General; pelo Sr. Bispo; pelo Desembargador Ouvidor Geral e pelo Desembargador Intendente – se reunia para deliberar sobre o direcionamento de parte do rendimento dos bens sequestrados dos jesuítas para a manutenção de uma escola pública e contratação de mestres, após a “justíssima

e indispensável resolução de S. Majestade fidelíssima [...] de exterminar de seus Reinos e Domínios os Regulares da Companhia dita de Jesus” (TERMO, 1760[a]), o que ocorrera em 1759. Assim pondera a Junta:

[...] ponderadas as urgentes causas que constituíam precisamente necessário este utilíssimo estabelecimento, se assentou uniformemente que para a boa educação dos meninos desta cidade, se deverá continuar a mesma escola, destinando-se-lhe para Mestre uma pessoa [em que] se verifiquem todos os requisitos necessários para exercitar dignamente esta ocupação [?] ao ordenado de oitenta mil réis [?] despesas [que se podiam] extrair do rendimento das fazendas dos Regulares [...] (TERMO, 1760[a]).

Ainda em 1760, em outra reunião, a Junta apresentava deliberação acerca do destino de uma biblioteca, vinda do espólio jesuíta, para que fosse mantida em Belém para proveito dos estudos e educação da mocidade, e não remetida à Metrópole, onde seria destinada à venda. Diz o Termo:

[...] para que nas povoações [e] especialmente na capital deste [Estado], [...] floresçam os bons costumes, a polícia e as Letras como no colégio em que até agora assistiram os regulares da Companhia denominada de Jesus, há uma competente livraria na qual se podem instruir os moradores desta cidade e de toda a Capitania no estudo das Artes e Ciências (TERMO, 1760[b]).

Também no mesmo ano, providências são tomadas para a contratação imediata de mestre que dê continuidade ao ensino de Língua Latina, Grega, Hebraica e Retórica, para que a expulsão dos padres da Companhia não redundasse em interrupção do ensino. Na verdade, o dito mestre seria o mesmo padre antes responsável pelas matérias, agora desvinculado dos inicianos:

[Para] que os Seus vassallos não experimentassem na cultura das Letras alguma falta pela separação dos ditos Padres, como no Colégio desta Cidade havia uma Aula pública de Filosofia lhes parecia justo pelos motivos ponderados que a esta se continuasse destinando algum dos Padres que saíram daquela Corporação para Mestre de Filosofia nesta Cidade (TERMO, 1760[c]).

O que observamos é que a administração do Estado do Grão-Pará e Maranhão não estava desarticulada das políticas culturais da Metrópole. Lembremos que, em 1759, o Alvará de 28 de Junho, acusando o “pernicioso método” com que os jesuítas teriam levado os estudos à ruína (ALVARÁ, 1759, p. 2), definia a necessidade de “[...] não só reparar os mesmos

estudos para que não acabem de cair na total ruína, [...] mas ainda restituir-lhes aquele antecedente lustre, que fez os Portugueses tão conhecidos na República das Letras, antes que os ditos religiosos se intrometessem a ensiná-los [...]” (ALVARÁ, 1759, p. 2). Desse modo, Manoel Bernardo procura responder às demandas apresentadas pelas decisões régias, tratando de prover a cidade com Aulas públicas e mestres, organizando um sistema que, vinte anos depois, acolherá o jovem Tenreiro Aranha, que virá da vila de Barcelos para continuar os estudos em Belém.

Deparamo-nos, portanto, com os vestígios de um sistema de ensino organizado, ou que se reorganiza àquela altura, e que, como nos diz o Termo de Junta sobre a instauração da aula de Língua Latina na vila de Cameté, pretendia a formação de “[...] Ministros para os altares, e mais hábeis vassalos para o Real Serviço [...]” (TERMO, 1761). Quando Bento Tenreiro Aranha se direcionar a Belém e frequentar as aulas de retórica e poética de João Batista Gomes, não o fará com outra intenção que a de integrar-se no Real Serviço – daí que a etiqueta “letrado subalterno à máquina imperial” não faça o menor sentido histórico para localizar a situação político-cultural em que se encontra o poeta.

Ainda no que toca ao Real Serviço do letrado, não se pode esquecer que também os poetas estão aí incluídos, celebrando ou reforçando, em uma dimensão simbólica e cultural, diretrizes e gestos do âmbito político, como Ivan Teixeira (1999) já demonstrou em relação à poesia de Basílio da Gama e Silva Alvarenga, que em *O Uruguary* (1769) e *O Desertor* (1774), respectivamente, integram-se às diretrizes da política pombalina. Desse modo, a poesia de Bento Tenreiro mostra-se fortemente laudatória não por uma situação de fragilidade do poeta, habitante de um meio hostil, tendo, para sobreviver, de agradar ignobilmente seus poucos leitores, os poderosos e broncos membros da elite administrativa. Ela ilustra o entendimento setecentista sobre a “[...] comunhão cívica do cidadão com o reino, como preito de uma ordem acima de qualquer hipótese da crítica [...]” (TEIXEIRA, 1999, p. 406-407), que se manifesta, no âmbito da cultura poética, na forma do encômio e na integração deste ao conjunto da poesia lírica.

Nesse sentido, contra a vontade de autonomia da poesia moderna, não se deve atribuir “valor” menor à poesia laudatória/encomiástica porque essa era uma função prevista e fundamental da poesia do século XVIII. Por outro lado, João Batista, o filho, subscreve a dimensão laudatória da poesia do pai, direcionando-a, entretanto, para um objeto que, no horizonte histórico de Bento Tenreiro, simplesmente não existe: a independência da nação e a grandeza da casa imperial de D. Pedro II. Ora, sem dúvida, Tenreiro Aranha é prestimoso

súdito de uma monarquia, mas, historicamente, só o poderia ser da monarquia portuguesa, como de fato o é, bom “português da América”, como se descreve a si próprio. Louva os Governadores do Grão-Pará que conduzem a Capitania em harmonia com a Coroa (logo, que têm em vista o bem-comum) e louva a chegada de D. João VI por representar a definitiva e incontornável realização da Coroa no próprio Brasil. Vamos longe de “previsões” para a futura pátria independente, assim como de um poeta sensível a uma identidade regional amazônica, uma vez que, enquanto realidade cultural e política, o conceito “Amazônia” também inexistia completamente.

Portanto, de uma breve incursão em documentos de época e da inserção de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha na historicidade que configurava a prática letrada setecentista na capitania do Grão-Pará, podemos verificar o quão questionáveis se fazem as versões da narrativa biográfica do poeta. Do século XIX, João Batista fez da poesia de Tenreiro Aranha primícias ao governo de D. Pedro II, estabelecendo, com isso, o reconhecimento, pela província do Amazonas, do poder central do Império brasileiro; do século XX, Márcio Souza denunciou a poesia laudatória de Aranha como bajulação e subserviência ao poder colonialista, entendendo-a como ligada à condição subalterna da região; contudo, o mesmo Souza e Jorge Tuffic tentam “reabilitar” a poesia de Bento Tenreiro, como precursora de uma poesia de expressão amazônica, ligada à terra e à sua gente. Essas facetas emergem das condições de recepção em que seus leitores se encontravam – o Segundo Reinado, a Ditadura militar e a afirmação da identidade regional – construindo ficções de um passado desde presentes diversos. Porém, percorrendo múltiplos fragmentos, vamos recuperando a fala de diversos textos, que fazem um pouco mais vivo o lugar de Tenreiro Aranha.

Referências

ALVARÁ de 28 de Junho, estabelece uma reforma geral dos estudos menores: retira aos jesuítas todas as prerrogativas sobre o ensino, abolindo as classes e Escolas por eles dirigidas; restitui os anteriores métodos de ensino; entrega a orientação e fiscalização do ensino a um Diretor dos Estudos que será objeto de nomeação régia; estabelece a criação de Aulas públicas de Latim, Grego e Retórica, atribuindo privilégios aos seus professores e proibindo a criação de quaisquer outras sem autorização prévia do Diretor de Estudos; e determina que sejam seguidos métodos e compêndios em uso nas escolas da Congregação do Oratório.

Lisboa: 1759. Disponível em: 193.137.22.223/pt/patrimonio-educativo/repositorio-digital-da-historia-da-educacao/legislacao/seculo-xviii/1751-1760. Acesso em: 14/10/2016.

ARANHA, Bento de Figueiredo Tenreiro. **Obras do Literato Amazonense Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha**. Pará: Tipografia de Santos & Filhos, 1850.

_____. **Obras Literárias de Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha**. Belém: SECULT/FCPTN, 1989. (Col. Lendo o Pará, n. 1).

_____. **Obras**. Manaus: Editora Valer, 2012.

HANSEN, João Adolfo. **A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

LISTA dos estudantes que frequentaram a aula de Retórica e Poética, de que é substituto o mestre João Batista Gomes, correspondente ao ano letivo de 1783-1784. Belém: 1784. In: Centro de Memória Digital/UnB. Disponível em: www.cmd.unb.br/biblioteca.html. Acesso em: 07/08/2017.

TEIXEIRA, Ivan. **Mecenato pombalino e poesia neoclássica – Basílio da Gama e a poética do encômio**. São Paulo: Edusp, 1999.

TERMO de Junta, sobre a requisição de manutenção de uma escola e mestre para ensino dos meninos da cidade de Belém, após a expulsão dos padres da Cia. de Jesus. Belém: 1760[a]. Arquivo Público do Estado do Pará. (Loc.: BRPAAPEPE.SC.AJ.CO0046.0146-0148)

TERMO de Junta, sobre a manutenção da livraria dos regulares da Companhia de Jesus no Estado do Grão Pará e Maranhão, para aproveitamento nas escolas a serem estabelecidas. Belém: 1760[b]. Arquivo Público do Estado do Pará. (Loc.: BRPAAPEPE.SC.AJ.CO0046.0149-151)

TERMO de Junta, sobre o estabelecimento de uma Aula Pública de Filosofia na cidade de Belém, a que se destinará, como Mestre, um Padre saído da Companhia de Jesus. Belém: 1760[c]. Arquivo Público do Estado do Pará. (Loc.: BRPAAPEPE.SC.AJ.CO0046.0157-158)

TERMO de Junta, sobre a instauração de uma Aula de Língua Latina na Vila de Santa Cruz de Cameté. Arquivo Público do Estado do Pará. Belém: 1761. Arquivo Público do Estado do Pará. (Loc.: BRPAAPEPE.SC.AJ.CO0046.0206-207)